

## Plenária debate temas complexos que impactam servidores públicos

O cenário político e econômico, desafiador para toda a população brasileira, traz elementos adicionais que impõem aos servidores públicos federais, estaduais e municipais enormes desafios. Se na luta contra a PEC 32/20, da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes, a unidade da categoria foi fundamental, o momento segue exigindo o reforço dessa unidade.

Para debater temas tão desafiadores quanto complexos, as entidades que compõem a Aliança das Três Esferas (Condsef/Fenadsef, Confetam, Fenasepe, CNTE, CNTSS, Sinagências e Proifes), filiadas à CUT, convocam uma plenária virtual ampla que acontece no próximo dia 13 de fevereiro, a partir das 9h, horário de Brasília. A atividade será realizada via Zoom e o link será encaminhado pelas entidades.

No debate estará a reforma do Estado, a luta pela regulamentação da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito à negociação coletiva no setor público, o fim do Regime Jurídico Único (RJU), decretado por maioria no Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, a PEC 66/23, que ficou conhecida como a "PEC da morte" e propõe aplicar de forma automática as regras da reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes (EC 103/19) para estados e municípios que ainda não estão adequados a ela, e a luta para que ministros do STF votem pela inconstitucionalidade do confisco dos aposentados e pensionistas também vão estar em pauta.

### Especialistas e calendário de luta

Para cada um dos temas haverá participação de convidados especializados nos assuntos que farão a exposição e o resumo dos principais pontos e como isso afeta a categoria. Um calendário de ações e luta envolvendo todos os pontos em debate também será discutido.

Participe. O fortalecimento da unidade e da mobilização dos servidores da Aliança das Três Esferas é ingrediente essencial na busca de encontrar soluções para os diversos desafios que estão sendo impostos à categoria.

Vamos lutar por valorização, reconhecimento e discutir saídas que possam garantir, de fato, serviços públicos de qualidade para o Brasil e os brasileiros.

Fonte: Condsef

## IFMA abre cadastro para avaliadores externos nos editais da PRPGI

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) divulgou a abertura do cadastramento de avaliadores externos Ad-Hoc para o ano de 2025. O objetivo é ampliar o número de consultores responsáveis pela avaliação dos projetos de pesquisa submetidos aos editais da PRPGI.

Os avaliadores Ad-Hoc são consultores que realizam avaliação de projetos de pesquisa submetidos a editais da PRPGI sem pertencer ao corpo do Comitê Ins-

titucional de Pesquisa e Inovação do IFMA. O cadastro está disponível tanto para servidores da instituição quanto para pesquisadores externos interessados em contribuir com a avaliação dos editais.

### Como se cadastrar?

Para servidores do IFMA: Os servidores do IFMA podem se cadastrar como avaliadores Ad-Hoc diretamente no Módulo Pesquisa do SUAP. O procedimento é o seguinte:

- Acesse o Módulo Pesquisa no SUAP;
- Clique em Projetos;

- Selecione Tornar-se avaliador;
- Escolha as áreas de atuação e clique em Enviar.

Para pesquisadores externos: Pesquisadores externos interessados em atuar como avaliadores devem preencher Formulário de Cadastro disponível no Portal do IFMA.

A PRPGI reforça a importância do trabalho dos avaliadores na construção de um ambiente acadêmico sólido, garantindo a qualidade e o rigor científico dos projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição.

Fonte: IFMA

## UFMA abre inscrições para Mestrado e Doutorado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) abriu o processo seletivo para os cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (PPGDIR). As inscrições estarão disponíveis de 3 a 25 de fevereiro de 2025, exclusivamente pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Para o Mestrado, serão ofertadas 23 vagas para o público externo, distribuídas entre ampla concorrência e ações afirmativas, além de 5 vagas suplementares para servidores técnicos administrativos ativos da UFMA. Já o Doutorado contará com três vagas para o público externo e 1 vaga suplementar para servidores da UFMA.

### Os cursos são estruturados em duas linhas de pesquisa:

Mestrado: Dinâmica e Efetividade das Instituições do Sistema de Justiça.

Doutorado: Dinâmica e Efetividade das Instituições do Sistema de Justiça na América Latina e na África Lusófona.

### Critérios de Seleção

O processo seletivo contará com as seguintes etapas:

Prova escrita, baseada em



obras jurídicas recomendadas no edital.

Prova oral, em que os candidatos serão arguidos sobre seus anteprojetos e conhecimentos jurídicos.

Análise curricular, considerando a trajetória acadêmica e profissional do candidato.

Para concorrer ao Mestrado, é necessário ter graduação em Direito reconhecida pelo MEC. Já para o Doutorado, exige-se título de Mestre em Direito, com recomendação da Capes.

### Inscrição

Os interessados deverão acessar o SIGAA e preencher o formulário de inscrição, anexando os documentos exigidos. A taxa de inscrição é de R\$ 400,00, com possibilidade de isenção pa-

ra candidatos de baixa renda, mediante solicitação até o dia 5 de fevereiro de 2025.

### Confira o cronograma

Inscrição:

03 a 25 de fevereiro de 2025.

Prova escrita:

07 de março de 2025.

Prova oral:

31/março e 1º de abril de 2025.

Resultado final:

10 de abril de 2025.

Matrícula:

11 a 14 de abril de 2025.

Início das aulas:

18 de abril de 2025.

Para mais informações, os candidatos podem acessar o edital completo, clicando aqui, ou entrar em contato pelo e-mail [ppgdir.ccsso@ufma.br](mailto:ppgdir.ccsso@ufma.br).

### ELEIÇÕES PARA

## DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

SEU VOTO NA PALMA DA MÃO



25, 26 e 27

Fev / 2025

09h às 17h

